



ACÓRDÃO Nº315/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11279/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Nhamundá.
- 4- **Exercício:** 2018.
- 5- **Responsável:** Geraldo Afonso Bindá da Costa (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4583/2020-DMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Nhamundá. Exercício de 2018.

Irregularidade. Alcance. Multa. Determinação. Ciência. Representação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar irregular a prestação de contas do **Sr. Geraldo Afonso Bindá da Costa**, Presidente da Câmara Municipal de Nhamundá, exercício 2018, nos termos do art. 22, inciso III, alíneas "b" e "c" da Lei nº 2.423/96, c/c art. 188, §1º, inciso III, alínea "b" e "c" da Resolução TCE-AM nº 04/2002 em razão das seguintes impropriedades:

- 10.1.1.** Descumprimento do prazo de publicação dos Relatórios de Gestão Fiscal;
- 10.1.2.** Disponibilidade financeira insuficiente para cobrir obrigações assumidas ao fim do exercício;
- 10.1.3.** Desatualização do portal da transparência;
- 10.1.4.** Ausência de verificação da legalidade dos atos prévios, concomitantes e posteriores por parte do controle interno; e
- 10.1.5.** Pagamento de despesas sem comprovação da respectiva execução.

10.2. Considerar em Alcance ao **Sr. Geraldo Afonso Bindá da Costa** no valor de **R\$431.006,91** (quatrocentos e trinta e um mil, seis reais e noventa e um centavos) e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor do alcance/glosa, na esfera Municipal para o



ACÓRDÃO Nº315/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

órgão Prefeitura Municipal de Nhamundá, referente à falta de comprovação da execução das despesas relacionadas a:

- 10.2.1.** Diárias (R\$ 213.108,00);
- 10.2.2.** Passagens e despesas com locomoção (R\$ 71.333,41);
- 10.2.3.** Combustíveis (R\$ 102.365,50); e
- 10.2.4.** Assessoria contábil (R\$ 44.200,00).

10.3. Aplicar Multa ao Sr. Geraldo Afonso Bindá da Costa no valor de **R\$20.000,00** (vinte mil reais) e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE", em razão da grave violação aos art. 42, caput; art. 48, caput; art. 55, §2º; art. 73-B Lei de Responsabilidade Fiscal e ao art. 77 da Lei nº 4.320/64.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.4. Determinar à Câmara Municipal de Nhamundá que apure eventuais valores de pagamentos realizados no exercício de 2018 a título de "indenização por comparecimento a sessões extraordinárias" e adote as medidas necessárias ao respectivo ressarcimento, devendo, no **prazo de 90 dias**, trazer a comprovação das medidas adotadas a este Tribunal;

10.5. Dar ciência deste *Decisum* ao **Sr. Geraldo Afonso Bindá da Costa** e à Câmara Municipal de Nhamundá, por meio de seu atual Presidente; e

10.6. Representar ao Ministério Público do Estado do Amazonas para as providências entender cabíveis a respeito da Lei Municipal nº 611/2016, do Município de Nhamundá-AM.



ACÓRDÃO Nº315/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

11- Ata: 9ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 7 de Abril de 2021.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Luiz Henrique Pereira Mendes.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES
Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral